

Povos Indígenas no Brasil

Fonte 10 Estado de S. Paulo Class.: 13

Data 30/03/76 Pg.: 23

INCRA erra na Amazônia

LUCIO FLAVIO PINTO
Correspondente em BELEM

A decisão do INCRA de vender grandes áreas na Amazônia, no limite máximo de 500 mil hectares, poderá agravar ainda mais a já distorcida estrutura fundiária da região, tornando cada vez mais difícil o acesso à terra de pequenos proprietários rurais ou a regularização das posses existentes.

O Ministério da Agricultura decidiu finalmente, na semana passada, institucionalizar modificações no processo de colonização da Amazônia, que vêm sendo propostas desde 1973, para dar prioridade à grande empresa rural, favorecendo em consequência as propriedades extensas. Até então o INCRA só podia licitar áreas de até dois mil hectares (nas faixas de fronteira) e três mil hectares, mas graças a três instruções especiais ele poderá agora vender glebas de até 66 mil hectares para projetos agropecuários, de até 72 mil para empreendimentos florestais e 500 mil para empresas colonizadoras ou cooperativas de produtores.

A decisão é tomada no momento em que os membros da Comissão Pontificia Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, chega à conclusão de que é necessário implantar uma política de colonização da Amazônia "baseada essencialmente na empresa familiar, criando empregos, produtivos e evitando o surgimento de grandes latifúndios oficialmente incentivados".

A preocupação dos bispos, religiosos e técnicos que integram a comissão, e mesmo de alguns funcionários governamentais que fizeram palestras durante os três dias de reunião no Rio, é procedente. O surgimento da empresa rural na Amazônia não está ocorrendo com a substituição das formas latifundiárias, de exploração da terra, mas — o que é surpreendente — com absorção dos minifúndios. Os latifúndios apenas mudam de donos ou de forma de exploração (como no Acre, onde as dimensões da propriedade são mantidas e apenas o seringal dá lugar à fazenda), enquanto desaparece a pequena propriedade das áreas

já ocupadas economicamente e mais valorizadas.

Isso significa que a penetração do capitalismo em áreas pioneiras da Amazônia não está provocando a modernização das relações de trabalho (e só em pequena escala das relações de produção). Esse paradoxo é explicado pelo desejo dos empresários de ter lucros mais rápidos e imediatos com os menores investimentos possíveis e à ação dos intermediários, especuladores e grileiros. Eles compram grandes propriedades em áreas prestes a valorizar-se (sobretudo por onde passará uma estrada) ou expulsam os ocupantes de pequenas glebas, anexando-as e formando assim uma propriedade mais expressiva, sem precisar participar do processo produtivo (daí o surgimento de grandes desmatamentos sem a presença de rebanhos significativos ou proporcionais à área devastada).

A ocupação histórica da Amazônia já tinha produzido muitas distorções fundiárias, que continuaram se agravando com a colonização atual. Assim, o recadastramento feito pelo INCRA em 1972 verificou que os 72,6 mil imóveis rurais existentes na região ocupavam 40 milhões de hectares (quase 20 por cento de toda a extensão da região, sem excluir rios e áreas

inaproveitáveis), dos quais 23,3 milhões poderiam ter aproveitamento total, mas só 13,4 eram realmente explorados.

No Pará, que tem as terras mais cobiçadas, os resultados da colonização tornaram-se bastante expressivos. Entre 1960 e 1972 os minifúndios diminuíram proporcionalmente, mas o surgimento das empresas rurais, segundo as dimensões estabelecidas pelo Estatuto da Terra realizou-se em condições latifundiárias: enquanto os 28 mil minifúndios ocupavam uma área de quase 1,2 milhão de hectares, as 689 empresas rurais estendiam-se por quase 1,3 milhão de hectares. Os seis latifúndios por dimensão possuíam a mesma área e os 12.200 latifúndios por exploração se assentavam sobre 17,4 milhões de hectares; dos quais apenas 30 por cento estavam sendo explorados (mas não se sabe como).

A concentração fundiária tem sido estimulada fortemente pela política de incentivos fiscais aplicada pela Sudam, que favoreceu a instalação de 332 fazendas com uma dimensão média de 50 mil hectares (a maior delas tem 600 mil hectares), mas a colonização oficial dirigida, feita pelo INCRA, teria a finalidade de equilibrar um pouco essa distorção. Na me-

tida em que o INCRA vai substituir o colono pela empresa, contribui ainda mais para agravar a situação, já tensa.

As metas definidas no plano fundiário elaborado no ano passado são grandiosas e inquietantes. O INCRA pretende instalar 62 mil novos imóveis rurais na Amazônia numa área de 70 milhões de hectares (quase o dobro da ocupação de 300 anos), que provavelmente em grande parte será ocupada por empresas. Quais os efeitos desse plano? Talvez nem o INCRA saiba, mas alguns deles podem ser previstos:

1) a discriminação das terras não conseguirá acompanhar o ritmo da ocupação, como tem ocorrido até agora, complicando ainda mais a legitimação das posses e favorecendo o surgimento de conflitos, especulação e grilagem;

2) o pequeno proprietário instalado às proximidades das grandes propriedades continuará sendo absorvido por elas e transformando-se em "peão", sem que surjam novas oportunidades de trabalho. Em 1972 o recadastramento já verificava essa situação: dos 40 mil imóveis existentes no Pará, só quatro mil tinham trabalhadores assalariados e, dos 100 mil assalariados, apenas 17 mil eram trabalhadores permanentes.

3) ampliar ainda mais o desmatamento: só o plano fundiário prevê a derrubada de 35 milhões de hectares de floresta.

4) o governo continuará desprezando a experiência acumulada de ocupação da Amazônia e o nativo que a ocupou primeiro. As comunidades agrícolas das margens dos rios permanecerão de fora dos planos oficiais, que só prevêem investimentos para as áreas atravessadas por estradas.

Todo esse esforço pode também não ser compensado por um aumento da produção de alimentos além da estritamente pecuária. Em 1960 os imóveis dedicados à agricultura somavam mais de 66 mil, ocupando uma área de 2,2 milhões de hectares, havia 4.700 fazendas numa área de 1,2 milhão de hectares. Em 1972 as fazendas subiram para 14 mil, ocupando mais de 6 milhões de hectares. E os estabelecimentos agrícolas reduziram-se a 22 mil.

O abandono das culturas alimentares tem custado muito à Amazônia: há três anos a região precisa utilizar mais da metade do que consegue com suas exportações apenas para comprar nove produtos alimentares. E sua balança comercial, em dez anos, apresenta um "déficit" acumulado de um bilhão de cruzeiros.